

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Recursos Humanos
Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

NOTA TÉCNICA Nº 127/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP

Assunto: Auxílio-funeral. Vínculo de parentesco. Beneficiários. Valor do benefício.

Referência: Processo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de consulta encaminhada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde sobre pedido de auxílio-funeral efetuado pelo senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX em razão de despesas com o funeral de seu irmão, o ex-servidor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

ANÁLISE

2. Os autos vieram à análise desta divisão em razão do Despacho DINOR/COLEP/CGESP/SAA/SE/MS/AJRL nº 442/2010. Tal documento narra que, após autorização do requerimento de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX a Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro passou a questionar a divergência de orientações entre o Ofício COGLE/SRH nº 140/2000 e o Ofício Circular nº 21/CGRH/SAA/SE/MS, de 3 de junho de 2008.

3. O auxílio-funeral é um dos benefícios conferidos pelo Plano de Seguridade Social do Servidor Público Civil da União, previsto pela Lei 8.112/90, no artigo 185, II, 'b'; e regulado pelos artigos 226, 227 e 228 da mesma lei, vejamos:

Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

(...)

II – quanto ao dependente:

(...)

b) auxílio-funeral;

(...)

Art. 226. O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

§ 1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§ 3º O auxílio será pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art.227. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 228. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.

4. Neste ponto, necessário ressaltar a vigência dos Benefícios da Seguridade Social do Servidor Público Federal, em especial o benefício de Auxílio-Funeral, conforme decisão do Tribunal de Contas da União no Acórdão Plenário nº 346/2006. Confira-se, a respeito, a sumarização oficial de tal Acórdão:

Acompanhamento. Estudos determinados à Semag, em virtude dos itens 9.13.1 e 9.13.2 do Acórdão n. 404/2005-TCU-Plenário. O benefício auxílio-funeral é vantagem de caráter assistencial e, em consequência, permanecem aplicáveis os arts. 183 a 185 da Lei n. 8.112/90. A apuração das despesas de pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve tomar por base a Unidade Gestora, respeitando as particularidades definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional nos sucessivos Manuais de Elaboração do RGF. Recomendações à Justiça do Trabalho e à Justiça Eleitoral. Ciência aos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e ao Chefe do Ministério Público da União. Arquivamento.

5. Portanto, trata-se de um benefício cujo custeio não decorre das contribuições do servidor ou sequer do estado, assumindo a natureza jurídica de um **benefício assistencial** e não de benefício previdenciário, o que afasta eventual alegação de que tal benefício teria sido revogado pelo art. 5º, da Lei 9.717/98, restrito exclusivamente aos benefícios de cunho previdenciário, confira-se:

Art. 5º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

6. Desta feita, estabelecida a vigência do benefício assistencial de auxílio-funeral, restam dúvidas acerca de dois pontos, quais sejam, o destinatário do benefício, e o valor a ser pago. Relevante notar que o questionamento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde refere-se à divergência de posicionamento em relação aos valores e fundamentos para o pagamento de benefício de auxílio-funeral para irmão de servidor falecido.

7. Em releitura especialmente aos artigos 185, II, 'a'; 226, caput; e 227, caput, todos da Lei 8.112/90, temos que o auxílio-funeral é um benefício direcionado aos dependentes do servidor segurado, em razão do falecimento deste último. Assim, o artigo 226 apresenta como destinatários imediatos de tal benefício, os familiares do beneficiário falecido, considerados na forma do artigo 241 da mesma lei, confira-se:

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.
Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

8. Portanto, para a definição do conceito de família, é desnecessária a aplicação subsidiária de outra norma legal. A Lei 8.112/90, na criação do Plano de Seguridade Social do Servidor, optou por consignar expressamente, neste artigo 241, o conceito de família a ser aplicado em seus dispositivos, não havendo que se falar em aplicação subsidiária de outra norma para tanto.

9. Assim, conclui-se que o auxílio-funeral, quando fundamentado no artigo 226, da Lei 8.112/90, não deve ser pago àqueles que não integram o conceito de família do art. 241 da Lei 8.112/90, ou seja, cônjuge, descendentes e aqueles que viviam sob as expensas do servidor falecido.

10. Todavia, a afirmação acima não nos leva obrigatoriamente à conclusão de que o auxílio-funeral não possa ser concedido a beneficiário alheio ao núcleo familiar do servidor falecido. O art. 227, da Lei 8.112/90, acrescenta, ao rol de beneficiários do auxílio-funeral, eventuais não integrantes do núcleo familiar do ex-servidor falecido, desde que venham a arcar com os custos do funeral.

11. Nesse sentido, a leitura conjunta dos Acórdãos 1.320-17/2007 e 1.061/2006, respectivamente da Primeira e Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, denota que o direcionamento daquela Corte de controle também reflete o entendimento de que tanto os eventuais familiares como terceiros podem ser beneficiários de auxílio-funeral, todavia, distinguindo-os em razão dos valores a serem recebidos. Confira-se, portanto, teor dos Acórdãos mencionados:

Acórdão 1.320-17/2007

5.2.13. Relativamente ao pagamento do benefício de auxílio-funeral:

- a)** faça constar nos processos de pagamento de auxílio-funeral as notas fiscais e os recibos probatórios do custeio da despesa, independentemente de ter sido custeada pela família ou por terceiro;
- b)** abstenha-se de efetuar pagamento de auxílio-funeral à pessoa diversa da que custeou a despesa;

Acórdão 1.061/2006

3.1.1 observe o disposto no artigo 241 da Lei nº 8.112/90, quando do pagamento de auxílio-funeral, restringindo o ressarcimento ao valor equivalente a um mês de remuneração, conforme previsto no art. 226 da citada norma, apenas nos casos discriminados naquele dispositivo, a saber: filhos, cônjuges ou quaisquer pessoas que vivam as suas expensas e constem do seu assentamento individual;

3.1.2 adote medidas para ressarcimento ao erário dos valores pagos a título de auxílio-funeral ao Sr. Antônio Musitano, irmão de servidora falecida, tendo em vista o disposto no item acima;

12. Desta feita, sabido que não somente familiares fazem jus ao benefício, resta a necessidade de explanação a respeito da diferença de valores a serem recebidos por familiares e por terceiros.

13. Nesse ponto, em apreço aos entendimentos acima, temos que os familiares fazem jus ao benefício na forma legalmente definida no art. 226 da Lei 8.112/90, ou seja,

no valor de uma remuneração ou provento. Todavia, no que toca aos eventuais terceiros que arquem com as despesas de funeral de servidor aposentado, aí incluídos seus irmãos, o valor do benefício será limitado pelos valores comprovadamente expendidos, por meio de Nota Fiscal, até o limite de uma remuneração ou provento, conforme determina o art. 227, também da Lei 8.112/90.

14. Desta feita, diante do caso proposto, temos que o senhor Luiz Antônio de Oliveira, por força do art. 241, da Lei 8.112/90, não integra o núcleo familiar de seu irmão falecido, o ex-servidor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Assim, adimplindo as despesas do funeral, o senhor Luiz Antônio passa à condição de beneficiário de auxílio-funeral, todavia na forma prevista pelo art. 227, da mesma Lei 8.112/90, que limita os valores de sua indenização ao efetivo valor gasto com o funeral, até o limite de uma remuneração ou provento do ex-servidor, e não no valor de uma remuneração de seu irmão.

15. Assim, firmado o entendimento de que o benefício de auxílio-funeral é devido tanto ao familiar, quanto a terceiro responsável pelo adimplemento das despesas funerárias, deve-se ressaltar que a diferenciação entre os beneficiários circundará apenas ao valor dos benefícios. Portanto, àqueles beneficiários identificados como familiares do ex-servidor será devida a totalidade de uma remuneração ou provento, ao passo em que, o terceiro responsável pelas despesas de funeral deverá ser apenas ressarcido de seus gastos com o ato funerário, até o limite da remuneração ou provento do ex-servidor.

CONCLUSÃO

16. Posto isso, entende-se que o valor benefício de auxílio-funeral conferido ao senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX foi corretamente limitado pelo valor efetivo das despesas efetuadas com o funeral de seu irmão, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

17. Quanto à orientação para casos análogos, afirma-se que, na forma do artigo 241, da Lei 8.112/90, irmãos não integram o núcleo familiar de servidores, não fazendo jus

ao recebimento do benefício de auxílio-funeral, na forma do artigo 226 da Lei 8.112/90, mas com seus valores limitados ao dispêndio, conforme previsão do artigo 227, da mesma Lei 8.112/90.

18. Em vista do exposto, sugere-se que o Ofício nº 140/2000-COGLE/SRH seja tornado insubsistente, caso ainda não o tenha sido.

Brasília, 03 de Março de 2011

DANIEL SANTA ROSA BITENCOURT
Técnico da DIPVS

DANIELA DA SILVA PEPLAU
Chefe da DIPVS

De acordo. À consideração superior.

Brasília, 03 de Março de 2011

GERALDO ANTONIO NICOLI
Coordenador-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se para a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde.

Brasília, 14 de Março de 2011

VALÉRIA PORTO
Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais